

CONJUNTURAS POLÍTICO-PARTIDÁRIAS NO ESPÍRITO SANTO (1830-1930)

Thiago Soares Bermudes

Graduando em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

E-mail: tbermudes@hotmail.com

Palavras-chave: Espírito Santo. Primeira República. Partidos Políticos. Governos Estaduais.

Interesses e Partidos

Uma primeira análise sobre os partidos políticos no Espírito Santo não é possível sem a explanação e diferenciação dos diferentes interesses, das classes recíprocas existentes desde o Império até a República. A autora Marta Zorzal e Silva (1995) busca correlacionar os interesses das diversas classes e frações de classes sociais no período com a formação e organização do embate político e das organizações político-partidárias. A autora divide, portanto, a região do estado do Espírito Santo em três zonas com diferentes produções econômicas, classes e características políticas.

Zona Norte (São Mateus): As classes sociais proprietárias dominantes eram as agro fundiárias, compostas por fazendeiros e latifundiários descendentes da colonização portuguesa (produtores de farinha de mandioca e café) e as mercantis-exportadoras, com base de apoio às empresas estrangeiras (casas comerciais, armazéns, atividades portuárias. Etc.) Alguns profissionais liberais compunham a classe média e as classes não-proprietárias eram os ex-escravos rurais e urbanos e os trabalhadores do comércio, porto e serviços em geral;

Zona Central (Vitória): As classes dominantes eram, mormente, fazendeiros descendentes da colonização portuguesa, além de imigrantes assentados sob a forma de sesmaria, e os funcionários do estamento burocrático-militar. Havia também os camponeses imigrantes, os pequenos comerciantes, e os trabalhadores da burocracia e serviços em geral;

Zona Sul (Cachoeiro de Itapemirim): Os produtores de café e açúcar constituíam a classe proprietária. Nessa área, a produção de café estava intimamente ligada à

produção cafeeira fluminense, inclusive tal ligação desviava o escoamento da produção do porto de Vitória (na zona central), para o porto do Rio de Janeiro, evitando as vantagens econômicas possíveis para o porto de Vitória.

Com efeito, também a cidade de **Colatina** poderia ser incluída pertencente a uma quarta região, a Noroeste, pois, uma vez sendo os botocudos aniquilados na região, estabeleceram-se colônias (como a de Fransilvânia) que posteriormente teriam uma expressiva produção de café.

Com os interesses expostos, agora passaremos à situação socioeconômica e a formação político-partidária propriamente dita.

Situação socioeconômica e a Formação partidária do Espírito Santo

Antes de explicar a situação partidária do estado, é necessária uma amostra de como se encontrava a situação econômica e social no Espírito Santo em meados do século XIX. De acordo com um relatório apresentado em 1852 pelo presidente Nascentes de Azambuja à Assembléia Provincial (apud TEIXEIRA, 1975, p. 354) a produção anual de café no estado era de oitenta e três mil setecentos e noventa (83.790) arrobas naquele período e a de açúcar chegava a cento e cinquenta e três mil setecentos e noventa (153.790) arrobas, estas eram os principais produtos, além de aguardente e farinha, exportados na época quase exclusivamente para o Rio de Janeiro. A produção era considerada baixa e a administração da então Província se queixava junto ao governo federal no intuito de que este orientasse o fluxo imigratório para a Província.

A população no período, de acordo com censo de 1856, era de quarenta e nove mil e noventa e dois (49.092) habitantes, dos quais trinta e seis mil e oitocentos e vinte e três livres (36.823) e doze mil e duzentos e sessenta e nove escravos (12.269). As condições dessa população na época não eram das melhores, o ensino era precário pela falta de professores e falta de condições para os alunos se locomoverem até as escolas, e a pobreza de grande parte da população levava os pais a fazer com que os filhos trabalhassem em detrimento do estudo (TEIXEIRA, 1975, p. 35).

Portanto, enquanto as classes sociais mais abastadas disputavam o poder político, a maioria da população, ainda dividida em livres e escravos se encontrava alijada de grande parte de seus direitos.

Isto posto, passaremos à formação partidária específica de cada período, se estendendo desde o Império até a República, a fim de possibilitar uma maior compreensão ao leitor das vicissitudes das conjunturas políticas locais.

De 1830 a 1887: Nesse período, em concordância com a situação nacional, se organizaram o Partido conservador e o Partido Liberal. O primeiro teve como fundador o Cel. Dionísio Rosendo, e defendiam, naturalmente, a monarquia e as instituições que a mantinham. O segundo, fundado pelo Pe. Ignácio Rodrigues Bermude, os liberais da época defendiam a inclusão de instituições republicanas no Aparelho de Estado, contudo, pregavam a manutenção do sistema escravista vigente. Os interesses econômicos que permeavam ambos os partidos eram os referentes aos mercantis-exportadores e agrofundiários. Notando que o Partido Liberal se ligava mais à região Central e Sul enquanto o Conservador permanecia ligado às classes do Centro e do Norte;

De 1887 a 1889: Os partidos Liberal e Conservador continuam praticamente com a mesma configuração mudando apenas de liderança, com o Cel. Coutinho Mascarenhas a frente do Partido Conservador e o Capitão Alfeu Monjardim liderando o Partido Liberal. A mudança mais significativa foi a fundação do Partido Republicano, originado pelos clubes republicanos, fundados por lideranças como Afonso Cláudio, Bernardo Horta e Antônio Aguirre, principalmente no sul do estado. O partido defendia a forma republicana e federativa para o Estado brasileiro, a descentralização político-administrativa do Estado. Os interesses agrofundiários (emergentes da expansão da economia cafeeira) são, mormente, das regiões sul e central.

Notamos que nesse período a configuração político partidária segue, em organização, a de nível federal, sendo o fator diferencial desse período a difusão das idéias republicanas. No Espírito Santo, em 1887 surgiu o primeiro Clube Republicano, fundado na região sul em Cachoeiro de Itapemirim por Bernardo Horta de Araújo, Antônio Gomes Aguirre e Joaquim Pires de Amorim. No ano seguinte, houve o primeiro Congresso Republicano Provincial, também na região de Cachoeiro (TEIXEIRA, 1975).

Os governos republicanos

“Tão logo pareceu consolidado o regime inaugurado a quinze de novembro, os políticos começaram a coordenar o eleitorado” (TEIXEIRA, 1975, p. 429).

Com essa asserção, o autor José Teixeira de Oliveira começa o capítulo acerca da República em sua obra História do Estado do Espírito Santo. Tal frase traduz bem o que se passou no estado, nos anos subseqüentes à implantação do sistema federativo republicano no Brasil.

Após as reformas eleitorais implementadas principalmente pela constituição de 1891, o sufrágio agora se tornava universal. Porém, sua universalidade ficava comprometida, pois tanto as mulheres quanto os analfabetos, ou seja, grande parte da população estava alijada do processo eleitoral.

À época da República, o Espírito Santo estava dividido em quatorze municípios, quatro cidades e dez vilas, com população de cento e dez mil cento e trinta e sete (110.137) pessoas. O primeiro governador foi Afonso Cláudio, um dos líderes do movimento republicano.

Nas eleições que se processaram para o Congresso Constituinte Estadual, a União conseguiu maioria e elegeu Barão de Monjardim governador do Estado.

Nesse período inicial, a República brasileira teve um caráter instável marcado por revoltas e trocas de governo, o sistema republicano recém-implantado encontrava dificuldades para se firmar. No Espírito Santo não foi diferente: Quando o Barão de Monjardim iniciava seu período de governo, no cenário federal, crescia a incompatibilidade entre o Marechal Deodoro da Fonseca e o Congresso Nacional. Ao golpe de três de novembro, desferido por aquele contra este, Monjardim reagiu como a quase unanimidade dos Governadores estaduais: hipotecando apoio entusiástico ao Presidente da República. A subida de Floriano Peixoto ao poder e a orientação política dos seus primeiros atos infundiram ânimo aos membros do Partido Construtor para um assalto ao poder. E foi o que fizeram na noite de trinta de novembro, quando “alguns populares penetraram violentamente” no Palácio, “visando intimar o velho titular a renunciar o poder”. O golpe foi bem sucedido e a 02 de maio de 1892, foi solenemente promulgada a nova Constituição, seguindo-se a eleição do Presidente do Estado Muniz Freire (TEIXEIRA, 1975, p. 410).

Muniz Freire é um dos mais conhecidos políticos capixabas, e nas duas passagens que teve pelo governo do estado tentou desenvolver o estado, compreendendo bem que isso só se daria com a inserção do mesmo no mercado internacional capitalista. De acordo com essa

lógica, concedeu favores ao capital necessário para concretizar suas metas que eram a construção de vias-férreas e o povoamento do solo, e contratou a vinda de vinte mil imigrantes italianos para a lavoura. Além disso, em seu governo, o Estado contraiu o primeiro empréstimo externo, no valor de 17.500.000 francos franceses e destinados à construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, que tinha por objetivo escoar a produção do local para o porto de Vitória ao contrário do que vinha acontecendo, pois a produção ia para o Rio de Janeiro, que ficava com os bônus do escoamento.

O próximo governo, de Graciano dos Santos Neves (1886-1900) suspendeu as obras planejadas por Muniz Freire e reduziu os custos a um nível mínimo devido à crise do café que se processava à época, isso pode ter sido o fator principal para sua renúncia. Entregou o poder para seu vice, Constante Gomes Sodré. Pela legislação, deveriam ocorrer novas eleições, que se processaram e foi eleito José Marcelino Pessoa de Vasconcelos, que, em 1900, novamente entregou o governo para Muniz Freire.

Quando Muniz Freire assumiu a Presidência pela segunda vez, perdurava a crise do café. E então o Espírito Santo foi novamente pioneiro, mas de uma forma infortunada: foi o primeiro Estado brasileiro a pedir moratória aos credores estrangeiros.

Findado o segundo mandato de Muniz Freire o estado foi presidido pelo Coronel Henrique da Silva Coutinho, que rompeu com o mesmo. Essa cisão não foi só pessoal como partidária, como irá ser explicitado na seção “**Situação entre 1902 e 1907**”.

Aos 23 de maio de 1908, o coronel Coutinho passou a presidência a Jerônimo de Sousa Monteiro, outro dos mais conhecidos políticos capixabas. A família Monteiro chegou a estabelecer uma oligarquia familiar no poder capixaba, Jerônimo governou em 1908 e Bernardino de Sousa Monteiro governou de 1916 até 1920. O governo de Jerônimo ficou marcado por um programa de amplas realizações: abertura de estradas, fomento da produção agrícola, melhoria dos rebanhos bovinos, construção da usina de açúcar de Paineiras (considerada a melhor no Brasil na época), desenvolvimento do ensino público e melhoria do aparelho administrativo. Houve também a modernização da cidade com serviços de água, esgotos, luz e bondes elétricos.

Primeira greve operária

Durante esse período estourou a primeira greve operária no Espírito Santo. Em 1908, no sul do estado em Cachoeiro de Itapemirim entraram em greve os trabalhadores da construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, por atraso do pagamento dos salários. Segundo o

jornal “O Cachoeirano” havia cerca de oitocentos trabalhadores envolvidos na greve. Esse grupo de trabalhadores ficou acampado por alguns dias no local da construção da estrada de ferro, até que o governo pagou parte dos salários atrasados, desmotivando a greve. Mesmo assim, o Governo Estadual pediu auxílio das forças federais e um contingente do 20º Batalhão veio para reprimir a greve.

Aqui cabem algumas palavras sobre a organização do proletariado capixaba na época em questão. Um Partido Operário foi criado em Vitória no ano de 1890, por influência dos já existentes a nível federal. Tal partido possuía um programa de doze pontos, versando sobre a necessidade de mais igualdades no que tangia aos impostos, auxílio aos pobres, educação aos filhos dos operários e etc.

Porém, essa organização partidária teve um caráter de fachada. Nenhum candidato operário foi indicado para as eleições e o partido apoiou Muniz Freire em sua primeira candidatura. Além disso, as referências ao partido nos jornais desapareceram após as eleições, indicando que certamente o partido deixou de existir (PACHECO, 1994, p. 110). A organização dos trabalhadores em partido estável ainda demoraria alguns anos.

Durante o Governo de Marcondes Alves de Sousa, que sucedeu a Jerônimo Monteiro, o Congresso Estadual submeteu a Constituição à uma reforma, o que causou grandes disputas políticas resultando até na divisão entre partidários de José Gomes Pinheiro Júnior que tentaram estabelecer um segundo governo, com sede em Colatina, e aqueles que apoiavam Bernardino Monteiro, da oligarquia de Jerônimo, que acabou vencendo as eleições. O episódio ficou conhecido por *Revolta do Xandoca*.

Assim que Bernardino Monteiro tomou posse, houve disputas acirradas mais uma vez. Os partidos tentaram um acordo em torno do nome do Cel. Nestor Gomes como candidato único à Presidência do Estado. Quando houve a reunião do Congresso Legislativo Estadual para reconhecimento de sua posse, “estourou uma crise de tamanhas proporções que culminou na seção da Assembléia” (TEIXEIRA, 1975, p. 423). Uma das cisões da assembléia liderada pelo Deputado Geraldo Viana, reconheceu a validade da eleição de Nestor Gomes. A outra ala elegeu outro candidato, o Deputado Francisco Etienne Dessaune, que se proclamou chefe do executivo estadual. Em 1920, o Batalhão da Polícia revoltou-se e o governador Bernardino Monteiro telegrafou ao Presidente da República, solicitando o apoio da força federal. Por força da ação federal, Nestor Gomes foi considerado o eleito legítimo.

O último governo antes da Revolução de 1930 foi o de Florentino Avidos, que realizou várias obras no estado, como as pontes de Vitória e Colatina, e a estrada ligando

Colatina a Nova Venécia, proporcionadas pelo alto preço que o café apresentava no mercado internacional.

A organização dos Partidos

Agora que foram apresentados a situação de cada governo durante a Primeira República no Espírito Santo, a situação e a configuração do panorama partidário será explicitado em cada época.

Em 1891: Havia então o *Partido União Republicana Espírito Santense*, liderado por Aguirre e Horta, com setores dos partidos Liberal e Conservador. Representavam como não podia deixar de ser nesse período da história brasileira, os interesses agro-fundiários ligados à produção cafeeira. O partido opositor era o Partido Republicano Construtor.

Situação entre 1902 e 1907: Em 1891 o barão de Monjardim dissolveu o *Partido União Republicana Espírito Santense* e fundou o *Partido Autonomista*, que se fundiu com o Republicano Construtor no ano seguinte. Os antigos membros da *União Republicana Espírito Santense* ingressaram no Partido Republicano Federal, criado por Torquato Rosa, e Domingos Vicente. Outra dissidência deu origem a outro partido: o *Partido da Lavoura*, fundado por Jerônimo Monteiro, após polemizar com Muniz Freire, líder do *Partido Republicano Construtor*. Este último em 1905 se divide em dois, uma liderada por Muniz Freire e a outra liderada pelo Cel. Coutinho. Diversas lideranças, como Graciano Neves, Bernardo Horta e o Barão de Monjardim abandonam o partido devido à dissidência.

Situação entre 1908 e 1919: A facção liderada pelo Cel. Coutinho indica o nome de Jerônimo Monteiro como candidato do *Partido Republicano Construtor*. O *Partido Republicano Federal* apóia Jerônimo Monteiro da mesma forma. Uma vez eleito, Jerônimo Monteiro realizou uma estratégia de conagraçamento das forças políticas capixabas, fundando em 1908, o *Partido Republicano Espírito Santense*, sob a presidência do Deputado Paulo Júnior de Mello, presidente da Assembléia Legislativa. Em 1911, o Senador Pinheiro Machado fundou o *Partido Republicano Conservador* com o objetivo de alinhar forças de apoio para o Governo Marechal Hermes da Fonseca, eleito Presidente da República. Os líderes do Espírito Santo no Senado, Bernardino Monteiro e João Luiz Alves, articulam a incorporação do *P.R.*

Conservador. Mas posteriormente, com a morte de Pinheiro Machado, o PRC foi extinto.

Em 1913, resultado da ação de Rui Barbosa, surgiu o Partido Republicano Liberal, o qual também teve seus adeptos no Espírito Santo. Entre eles destaca-se João Aguirre e Antônio Aleixo.

Situação entre 1920 e 1930: A situação partidária progrediu com a permanência do *Partido Republicano Espírito Santense* como único partido de expressão, congregando lideranças antigas de outros partidos. Os interesses apresentados eram diversos e se relacionava a grupos distintos dentro do partido. E apesar do partido único, ainda havia disputa política para a eleição para governador do estado. A eleição de Nestor Gomes em 1920 demonstra esse aspecto.

Conclusão

A Primeira República foi marcada pela instabilidade nos primeiros momentos e depois, em Campos Salles, a dinâmica política se concretizou na prática da política dos governadores, e na articulação do poder federal com o estadual e este, por sua vez, com o municipal através do coronelismo. Muitas vezes, o governo federal interveio para garantir que a situação assumisse o poder nos estados, através presunção de que sempre que ocorria algum impasse, o governo da situação era o escolhido para se perpetuar no poder. Isso ocorreu em 1920 no Espírito Santo no caso de Nestor Gomes.

Além disso, a compreensão da formação e ação das organizações político-partidárias não pode se dar sem a compreensão da situação sócio-econômica e a disputa dos interesses, qualquer que seja a localidade espaço-temporal. A análise de Marta Zorzal e Silva (1995) comprova isso de forma resoluta.

Portanto, é necessária também a visualização dos governos estaduais como articulados em um processo e sempre com a contextualização com a questão nacional (intervenção federal) e internacional (crise do café).

Referências

PACHECO, Renato. *Estudos espírito-santenses*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1994. 134 p.

SILVA, Marta Zorzal e. *Espírito Santo: Estado, interesses e poder*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida; UFES, Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1995.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 2. ed. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. 596 p.